

XXXIX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS.

INSTRUÇÕES GERAIS

- Este CADERNO DE PROVAS possui 24 questões de múltipla escolha, sendo: 12 questões de Direito Constitucional, 08 questões de Processo Civil e 04 questões de Introdução do Estudo do e uma REDAÇÃO.
- A prova tem duração de 04 (quatro) horas.
- Não é permitida destacar nenhuma das folhas do CADERNO DE PROVA.
- A FOLHA DE RESPOSTA DO CANDIDATO E A FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO não serão substituídas por erro de preenchimento.
- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato NA FOLHA DE RESPOSTA E NA FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO.
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações.
- O candidato poderá retirar-se do recinto sem o CADERNO DE PROVA a partir de 1 (uma) hora de aplicação da prova.
- O candidato poderá levar CADERNO DE PROVA nos últimos 30 minutos.
- Será eliminado o candidato que descumprir qualquer regra do edital.
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site www.pge.am.gov.br

Nome: _____

CPF: _____

RASCUNHO DA REDAÇÃO

**XXXIX PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Quanto às características das constituições brasileiras, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Constituição de 1937, outorgada no contexto do Estado Novo, ficou conhecida “Constituição Polaca”
- b) A Constituição de 1891 foi a primeira Carta Magna promulgada após a proclamação da República
- c) A Constituição de 1824, outorgada durante o regime monárquico, adotou o modelo tripartite dos poderes políticos concebido por Montesquieu
- d) A Constituição de 1934 trouxe novidades significativas, como, por exemplo, a previsão de direitos sociais, criação da Justiça Eleitoral, voto secreto e o mandado de segurança
- e) A Constituição de 1988, promulgada após a transição do regime militar, reforçou a autonomia administrativa e financeira dos Estados, Distrito Federal e Municípios

2. Considerando que:

Paulo Machado é Presidente da República
João Lima é Procurador-Geral da República
Jorge Haroldo é Governador do Amazonas
Ricardo Estrela é Prefeito de Manaus

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Apenas Paulo e Jorge são legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal
- b) João deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal
- c) Paulo e Jorge, em função dos cargos que ocupam, são considerados legitimados universais para propor ação direta de inconstitucionalidade
- d) Apenas Paulo, Jorge e Ricardo são legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal
- e) Paulo e Jorge, em função dos cargos que ocupam, são considerados legitimados especiais para propor ação direta de inconstitucionalidade

3. Quanto à possibilidade de emendar-se a Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, obrigatório e periódico
- b) A proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos votos dos respectivos membros

- c) A forma federativa de Estado somente poderá ser objeto de deliberação de proposta de emenda caso seja aprovada por três quintos dos votos dos respectivos membros do Congresso Nacional
- d) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, impedimento conhecido como limitação material
- e) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal

4. Quanto aos direitos e garantias fundamentais protegidos pela Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais
- b) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público
- c) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização à autoridade competente
- d) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação
- e) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial

5. Considerando que:

- Maria, atualmente exercendo o cargo de professora da Universidade do Estado do Amazonas, pretende ocupar o cargo de procuradora na Procuradoria Geral do Estado do Amazonas;
- Olívia, atualmente exercendo dois cargos de enfermeira na Maternidade Ana Braga e no Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto, pretende ocupar o cargo de enfermeira na Maternidade Nazira Daou;
- Vitória, atualmente exercendo o cargo de professora da Escola Estadual Luizinha Nascimento, pretende ocupar o cargo de técnico judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas;
- Rose, atualmente exercendo o cargo de professora na Escola Estadual Primeiro de Maio, pretende ocupar o cargo de professora na Escola Estadual Plácido Serrano;
- Lídia, atualmente exercendo o cargo de analista previdenciário na Fundação AmazonPrev, pretende ocupar o cargo de analista procuratorial na Procuradoria Geral do Estado do Amazonas.

Considerando que em todas as hipóteses acima elencadas há compatibilidade de horário entre os cargos e respeito ao teto remuneratório constitucional, a vedação de cumulação de cargos públicos estabelecida pela Constituição Federal inviabilizaria a pretensão de:

- a) Maria, Rose e Lídia, apenas
- b) Olivia, Vitória e Rose, apenas
- c) Maria, Olivia e Lídia, apenas
- d) Olivia e Lídia, apenas
- e) Vitória e Rose, apenas

6. Em relação à classificação da Constituição Federal de 1988 quanto à estabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) pode se classificada como *rígida*, uma vez que exige processo legislativo diferenciado para modificação de seu texto em comparação com a legislação ordinária
- b) pode se classificada como *semirrígida*, uma vez que exige processo legislativo diferenciado para modificação apenas de parte de seus dispositivos, sendo permitida a mudança de outros dispositivos de maneira simplificada
- c) pode se classificada como *flexível*, uma vez que não exige processo legislativo diferenciado para modificação de seu texto
- d) pode se classificada como *imutável*, uma vez não ser admitida qualquer modificação de seu texto
- e) pode se classificada como *fixa*, uma vez que somente pode ser modificada pelo mesmo poder que a criou

7. Quanto ao controle de constitucionalidade, considere as seguintes afirmações:

I – Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

II – Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

III – Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

Assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**:

- a) Apenas o item I está correto
- b) Apenas o item II está correto
- c) Apenas o item III está correto
- d) Apenas os itens I e II estão corretos
- e) Apenas os itens II e III estão corretos

8. Jonas, ao completar 15 (quinze) anos de idade este ano, passou a buscar ingresso no mercado de trabalho. Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Jonas não poderá realizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre, o que somente lhe será permitido ao completar 16 (dezesesseis) anos de idade
- b) Jonas poderá realizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre, o que lhe é permitido a partir de 14 (quatorze) anos de idade

- c) Jonas não poderá realizar qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz
- d) Jonas deverá completar 18 (dezoito) anos de idade para realizar qualquer trabalho
- e) Jonas não poderá realizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo autorização de pais ou responsáveis

9. Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende exclusivamente de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei
- b) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público
- c) As funções de confiança, exercidas tanto por servidores ocupantes de cargo efetivo como de cargo em comissão, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
- d) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período
- e) Servidor público da administração direta, autárquica e fundacional investido no mandato de Prefeito deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, não lhe sendo facultado optar pela sua remuneração

10. Acerca da figura da Medida Provisória e suas características, assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil
- b) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo
- c) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada a lei complementar
- d) É vedada a edição de medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos
- e) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República

11. Quanto à carreira de Procurador do Estado, considere as seguintes afirmações:

- I - Os Procuradores do Estado exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- II - Aos Procuradores do Estado é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, preenchidos os demais requisitos legais.
- III – O cargo de Procurador do Estado não se encontra listado no rol de funções essenciais à justiça.

De acordo com o texto constitucional, assinale a(s) alternativa(s) **correta(s)**:

- a) Apenas o item I está correto
- b) Apenas o item II está correto
- c) Apenas o item III está correto
- d) Apenas os itens I e II estão corretos
- e) Apenas os itens II e III estão corretos

12. Acerca dos Estados Federados, assinale a alternativa incorreta:

- a) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal
- b) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação
- c) Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum
- d) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa do Governador do Estado, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais
- e) Incluem-se entre os bens dos Estados as terras devolutas não compreendidas entre as da União

PROCESSO CIVIL

13. Julgue os enunciados abaixo:

- I. O princípio da cooperação não possui previsão legislativa no sistema processual civil brasileiro, sendo aplicado e operacionalizado na prática a partir de construção doutrinária.
- II. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, como, por exemplo, incompetência absoluta.
- III. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de inexistência.

São **corretos**, os enunciados:

- a) I, II e III;
- b) I e II;
- c) II e III;
- d) Somente a II;
- e) Nenhuma das alternativas.

14. “Entre os critérios de fixação da competência, alguns há que são criados em razão de interesse público (ou de algum interesse privado especialmente relevante), e outros há que a lei prevê com o fim de proteger precipuamente interesses particulares” (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Manual de Direito Processual Civil*. 2. ed. Atlas: São Paulo, 2023, p. 213).

O autor, no texto, refere-se à:

- a) competência absoluta e competência relativa, respectivamente;
- b) competência relativa e competência absoluta, respectivamente;
- c) competência territorial e competência material, respectivamente;
- d) competência recursal e competência interna, respectivamente;
- e) Nenhuma das alternativas.

15. Segundo a legislação processual civil, para postular em juízo é necessário ter:

- a) Possibilidade e legitimidade;
- b) Necessidade e legitimidade;
- c) Interesse e legitimidade;
- d) Adequação e interesse;
- e) Nenhuma das alternativas.

16. “As condições da ação são averiguadas de acordo com a teoria _____, razão pela qual, para que se reconheça a legitimidade passiva ‘ad causam’, os argumentos aduzidos na inicial devem possibilitar a inferência, em um exame puramente abstrato, de que o réu pode ser o sujeito responsável pela violação do direito subjetivo do autor” (REsp 1.733.387/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe de 18/5/2018).

“À luz da teoria _____, o exame aprofundado das circunstâncias da causa, a fim de verificar a ilegitimidade da parte, constitui julgamento de mérito” (AglInt no AREsp 861.548/MA, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES, Quarta Turma, j. em 5/6/2018, DJe de 13/6/2018).

“A jurisprudência deste Tribunal Superior é iterativa no sentido de que a análise das condições da ação, tal como a legitimidade ativa ad causam, a porventura acarretarem a extinção do processo sem resolução do mérito, são aferidas à luz da teoria _____, isto é, mediante a análise das alegações formuladas pelo autor na petição inicial, de modo que, demandando tais questões uma exame mais aprofundado, essa medida implicará julgamento de mérito” (REsp n. 1.749.223/CE, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 7/2/2023, DJe de 10/2/2023.).

Em todos esses precedentes, em que o nome da teoria foi propositalmente suprimido, o Superior Tribunal de Justiça faz referência especificamente à:

- a) Teoria eclética das condições da ação;
- b) Teoria da asserção;
- c) Teoria da prevalência da cognição exauriente;
- d) Teoria abstrata da ação.
- e) Nenhuma das alternativas.

17. Sobre a aplicação da lei processual civil no tempo, julgue os itens seguintes:

I. A norma processual não retroagirá, salvo para beneficiar a parte hipossuficiente.

II. A norma processual será aplicável imediatamente aos processos em curso. Em outras palavras, cada ato é regido pela lei vigente ao tempo em que é praticado, consagrando-se o princípio *tempus regit actum*.

III. Na aplicação da norma processual nova, serão respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada, consagrando-se a teoria do isolamento dos atos processuais.

São corretos os itens:

- a) somente o I;
- b) somente o II;
- c) II e III;
- d) I, II e III;
- e) Nenhuma das alternativas.

18. No que diz respeito à capacidade no direito processual civil, é correto afirmar que:

a) a Assembleia Legislativa não possui personalidade jurídica, mas somente personalidade judiciária, apenas podendo demandar em juízo para defender os seus interesses institucionais.

b) o espólio não tem capacidade de ser parte e também não tem personalidade jurídica.

c) o nascituro tem capacidade de ser parte, porém não tem personalidade jurídica.

d) a massa falida tem capacidade de ser parte, uma vez que tem personalidade jurídica.

e) Nenhuma das alternativas.

19. Julgue os itens seguintes.

I. O Estado promoverá, sempre que possível, a solução jurisdicional dos conflitos.

II. A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, exceto quando já iniciada a fase de instrução processual.

III. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao Ministério Público zelar pelo efetivo contraditório.

IV. Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, inclusive quando se tratar de tutela provisória de urgência.

São **incorretos**:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) III e IV;
- d) Todos estão incorretos;
- e) Nenhuma das alternativas.

20. Julgue os itens seguintes:

I. Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, como, por exemplo, apreensão do passaporte e da carteira nacional de habilitação;

II. Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

III. Decidir por equidade, afastando-se da legalidade estrita quando entender que a aplicação da norma não realiza da justiça no caso concreto.

São poderes do juiz:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) I e III;
- d) Somente I;
- e) Nenhuma das alternativas.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

21. Acerca das do tema “Fontes do Direito”, assinale a alternativa correta

- a) O costume é uma fonte formal do direito brasileiro.
- b) A ética, a moral e a religião são fontes do direito.
- c) A Lei é a forma moderna de produção do Direito Positivo. É ato do Poder Legislativo, que estabelece normas de acordo com os interesses sociais.
- d) A jurisprudência como fonte do direito sempre vincula o juiz, que deve lançar mão do entendimento do Tribunal Superior, nas suas decisões
- e) Nenhuma das alternativas.

22. Com base na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada
- b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para vigorar começa a correr da nova publicação.
- c) As correções aplicadas a texto de lei já em vigor são consideradas como lei nova.
- d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- e) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

23. Considerando os conceitos de vigência, eficácia e efetividade da norma jurídica, marca a frase correta:

- a) Vigência refere-se ao lapso temporal que vai do momento em que a lei ela passa a ter força vinculante até a data em que é revogada ou que se esgota o prazo prescrito para sua duração (leis temporárias).
- b) A norma jurídica que tem vigência, eficácia e efetividade não tem vigor.
- c) Uma norma válida não pode ter sua vigência postergada.
- d) Todas as normas vigentes têm eficácia e efetividade.
- e) Sempre que uma norma jurídica não tiver mais vigência, automaticamente também não terá mais eficácia.

24. No que diz respeito às pessoas naturais no contexto do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os menores de 16 anos de idade são relativamente capazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- b) Personalidade civil da pessoa começa no nascimento com vida. Porém, a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- c) Como regra, o ato de disposição do próprio corpo é permitido, mesmo quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.
- d) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não houver intenção difamatória.
- e) É vedado proteger o pseudônimo como se protege o nome, mesmo que adotado para atividades lícitas.

REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**PAPEL DO DIREITO NA QUESTÃO DO GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS**”. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO 1

Estima-se que, há quinhentos anos, a população indígena, em terras que viriam a formar o Brasil, era de um a dez milhões de habitantes. Desde então, com a consolidação do domínio colonial, essa população foi vitimada por um processo de etnocídio, tanto pela disseminação de doenças quanto pela força das armas, situação que se estendeu até o século XX, com a expansão das fronteiras econômicas regionais. Na atualidade, pode-se comprovar que a população indígena se reduziu a 345.000 (trezentos e quarenta e cinco mil) seres humanos, distribuídos entre 215 (duzentos e quinze) sociedades indígenas (FUNAI, online).

TEXTO 2

A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 (CF/88) assegurou aos povos indígenas existentes no País, a exemplo das Cartas Políticas de 1934, 1937, 1946, 1967 e da Emenda Constitucional nº1 de 1969, e numa sequência histórica de gradativa institucionalização, direitos fundamentais especialmente referidos à proteção dos índios.

Nesse sentido, o Poder Constituinte Originário de 1988 constitucionalizou direitos e garantias relacionados às condições necessárias para a vida digna das comunidades indígenas, tais como: o direito à preservação da própria cultura (artigo 231, caput, da CF/88); o direito à educação na própria língua (artigo 210, § 2º, da CF/88); o direito à posse das suas terras e ao usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (artigo 231, caput e § 2º, da CF/88); à proteção direta do Ministério Público na defesa desses direitos e interesses (artigo 232 da CF/88).

TEXTO 3

O ministro da Justiça, Flávio Dino, pediu que a Polícia Federal abra inquérito para apurar os crimes de genocídio e omissão de socorro aos Yanomami. Responsáveis pela maior terra indígena em extensão territorial no Brasil, os povos Yanomami enfrentam graves casos de desnutrição e malária espalhados pela comunidade, que vive entre os estados do Amazonas e de Roraima. A crise sanitária já resultou na morte de 570 crianças por desnutrição e causas evitáveis nos últimos anos, de acordo com o Governo Federal.

No ofício encaminhado ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, o ministro da Justiça citou "os reiterados pedidos de ajuda contra a violência decorrente do garimpo ilegal, bem como a ausência de efetivas ações e serviços de saúde à disposição dos Yanomami". Os pedidos, segundo ele, reforçam uma possível intenção de causar lesão grave à integridade ou mesmo provocar a extinção do grupo originário. O ministro determinou que sejam investigados possíveis crimes ambientais, de omissão de socorro e de genocídio.

FONTE: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2023/01/24/caso-yanomami-o-que-e-e-por-que-se-fala-em-genocidio-indigena.ghtml>

TEXTO 4



OBSERVAÇÕES:

- O texto deverá ter no máximo 25 linhas;
- **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:** a) Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerado "insuficiente"; b) Fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo e c) Ferir os direitos humanos;